



**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO Nº 035/2024.**

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPELINHA E ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DAS COMUNIDADES DE PRATA, SALTO, MACAUBA, PERIQUITO E CORRÉGO DO MEIO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014.

ENTIDADE ADJUDICADA: Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Prata, Salto, Macaúba, Periquito e Córrego do Meio, CNPJ 02.758.102/0001-04.

Considerando as especificidades da Lei nº 13.019/2014;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo art. 2º da Lei nº 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parcerias entre ambos para consecução do objeto.

Considerando que o presente Termo de Fomento possibilita ao Município concessão de aquisição de material para construção de um galpão na comunidade, que será utilizado para guardar equipamentos agrícolas como trator, carreta e grade e aquisição de cadeiras de plástico para utilização na sede da associação .

Considerando que o Plano de Trabalho apresentado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Prata, Salto, Macaúba, Periquito e Córrego do Meio possui o fim garantir maior conforto aos moradores da comunidade, valorização do patrimônio bem como busca de maior segurança para os equipamentos agrícolas.

Considerando que a Lei nº 13.019/2014 preceitua em seu art. 31 hipótese de inexigibilidade de chamamento público para a celebração de parceria com OSC's, quando a competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da



natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, em especial, segundo o inciso II, se a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Considerando que o objeto do projeto apresentado pela entidade possui natureza singular e a existência de autorização legal específica para a transferência de recursos à entidade verificada através da Dotação Orçamentária 11.01.02.20.608.0026.6109 ficha 874 LOA 2023, Repasse que visa promover a qualidade e oferecer conforto dos membros da Comunidade, através da aquisição de materiais para construção do galpão e aquisição de cadeiras de plástico.

Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Administração, Governo e Planejamento solicita a formalização do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público para realização de Parceria através de Termo de Fomento subsidiando o valor de R\$15.000(quinze mil reais), nos termos da Lei nº 13.019/2014, entre o Município de Capelinha e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Prata, Salto, Macaúba, Periquito e Córrego do Meio, aquisição de materiais e cadeiras de plástico,

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolva a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública



para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder à dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste íterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Prata, Salto, Macaúba, Periquito e Córrego do Meio apresentou Plano de Trabalho com o fito de realizar aquisição de materiais para construção de um galpão e aquisição de cadeiras plásticas para utilização na sede da associação, bem como se identifica autorização legal específica para a transferência de recursos à entidade, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31, II, do mesmo diploma, que dita:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: [...]

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (BRASIL, Lei nº 13.019/2015).

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao aumento da produção de diversos cultivos e desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade.

Assim, a formalização do Termo de Fomento possibilitará a Associação, por meio da conjugação de esforços com o Município de Capelinha, o atendimento ao seu objetivo, conforme apontado no plano de trabalho.

Segue, em anexo, para análise da Comissão de Seleção projeto apresentado pela entidade.



Diante do exposto, solicito à Vossas Senhorias que se dignem analisar a parceria pretendida, para posterior autorização e ratificação da presente justificativa, com a determinação de sua publicação no site do Município de Capelinha – <http://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/> , pelo período de 05 (cinco) dias, para que havendo outra instituição com expertise, manifeste seu interesse, e, não havendo manifestação deverá ser publicada também no Mural do Paço Municipal para que produza seus efeitos.

Junto ao presente o demonstrativo orçamentário com existência de crédito e disponibilidade financeira para atender às respectivas despesas, na forma da Lei, com a seguinte Dotação Orçamentária: 11.01.02.20.608.0026.6109 ficha 874 LOA 2023.

Valor: R\$ 15.000(quinze mil reais)

Capelinha, 04 de junho de 2024.

Vicente Alves Soares
Secretário Municipal de Administração,
Governo e Planejamento